

## **O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) EM PONTA PORÃ – MS NO ÂMBITO DA AGRICULTURA FAMILIAR**

Giovane Silveira da Silveira<sup>1</sup>  
Claudia Vera da Silveira<sup>2</sup>  
Cristiano Almeida da Conceição<sup>3</sup>

### **RESUMO**

O objetivo geral do artigo é analisar o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no município de Ponta Porã – MS no âmbito da agricultura familiar. Como metodologia foi utilizada entrevistas com roteiro semi-estruturado com gestores da Secretaria de Educação, responsável pelo setor de aquisição de merenda escolar e com representantes de entidades jurídicas de cooperativas que participam do programa como fornecedores de gêneros alimentícios. Além disso, utilizaram-se registros fotográficos dos alimentos comercializados e também de mapas com o intuito localizar as instituições de ensino municipais que recebem a produção dos agricultores familiares. Os resultados indicam que o setor de merenda escolar realiza um planejamento do cardápio de forma anual, respeitando as necessidades nutricionais da faixa etária dos alunos e também da área de residência (rural ou urbana). Geralmente este cardápio adquire um formato mensal dividido em quatro semanas, o cardápio das escolas segue as orientações de bons hábitos alimentícios e promove o consumo de alimentos saudáveis como frutas, verduras e legumes. Verificou-se também que os alimentos procedentes da agricultura familiar são de uma cooperativa localizada no Assentamento Itamarati e os principais alimentos comercializados são: iogurtes, mandioca, abóbora e cenoura (estas três últimas são processadas, descascadas e cortadas, picadas e/ou raladas e são empacotadas em embalagens de 1 Kg), tomate, cebola, brócolis, couve-flor, além das folhosas como alface, salsinha, cebolinha, couve (cortada).

<sup>1</sup> Bacharel em Ciências Econômicas. Mestre em Educação. Doutorando em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Pesquisador do GEFTA - Grupo de Estudos sobre Fronteira, Território e Ambiente – UNIOESTE, e-mail: [giovane.economista@gmail.com](mailto:giovane.economista@gmail.com)

<sup>2</sup> Bacharel em Ciências Econômicas. Mestre em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos. Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Bolsista Capes. Pesquisadora do GEFTA - Grupo de Estudos sobre Fronteira, Território e Ambiente – UNIOESTE, e-mail: [gycvera@gmail.com](mailto:gycvera@gmail.com)

<sup>3</sup> Licenciado em Ciências Sociais (UFGD) e Geografia (UFMS). Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável (UFFS). Doutorando em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Pesquisador do Grupo de Estudos sobre Território e Reprodução Social (TERRHA) e Estudos Agrários. Bolsista Capes, e-mail: [cris87almeida@gmail.com](mailto:cris87almeida@gmail.com)

**Palavras-chave:** Merenda Escolar, Agricultura Familiar, Itamarati, Comercialização.

## ABSTRACT

The general objective of the article is to analyze the National School Feeding Program (PNAE) in the municipality of Ponta Porã - MS in the scope of family agriculture. As a methodology interviews were conducted with a semi-structured script with managers from the Department of Education responsible for the school lunch sector and with representatives of legal entities from cooperatives that participate in the program as suppliers of foodstuffs from family agriculture. In addition, photographic records of commercialized foods and maps were used in order to locate the municipal schools that receive the production of family farmers. The results indicate that the School Lunch Sector is planning the menu annually, respecting the nutritional needs of the students' age group as well as the area of residence (rural or urban). Generally this menu acquires a monthly format divided in 4 weeks, the menu of the schools follows the guidelines of good eating habits and promotes the consumption of healthy foods like fruits, vegetables and vegetables. It was also verified that the food coming from family agriculture is from a cooperative located in Itamarati Settlement and the main foods commercialized are: yoghurts, cassava, pumpkin and carrot (these last three are processed, peeled and cut and/or grated and packaged in packs of 1 kg), tomato, onion, broccoli, cauliflower, as well as leafy vegetables such as lettuce, parsley, spring onion, kale (cut).

**Keywords:** School Lunch, Family Farming, Itamarati, Marketing.

## INTRODUÇÃO

Como política pública o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) passou por modificações durante suas décadas de execução, dentre as mais recentes pode-se citar o destino de 30% do recurso do programa para a aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar. Tal recurso é proveniente do FNDE – Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação e a porcentagem mencionada refere-se aos produtos alimentares

fornecidos por assentamentos da reforma agrária como também de comunidades quilombolas e tradicionais indígenas, conforme a Lei 11.947 em seu Artigo 14.

Triches e Schneider (2010) destacam a relevância de se conceder a parcela de 30% dos recursos do FNDE para o PNAE na aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, haja vista que nos processos de licitação onde participam tanto atacadistas quanto varejistas, a preferência seria dada a agricultura familiar. Esse incentivo é de grande relevância, pois geralmente a produção da agricultura familiar é caracterizada por escala de produção pequena e fica onerosa, quando são realizadas as exigências tanto estruturais como e de logística.

§ 1º A aquisição de que trata este artigo poderá ser realizada dispensando-se o procedimento licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, observando-se os princípios inscritos no art. 37 da Constituição Federal, e os alimentos atendam às exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria (LEI 11.947, ARTIGO 14).

Marques et al. (2014, p. 1332) assinalam que “antes dessa prerrogativa legal, já existiam algumas experiências de compra e venda de produtos da agricultura familiar, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) ou de legislação municipal”. Nesta perspectiva os autores comentam a forma de como o compromisso de entregar os alimentos para a merenda escolar desencadeou um impacto profissionalizante sobre a produção, o que implicou na melhor gestão e administração dos recursos e processos envolvidos, além de levar “a um fortalecimento da cooperativa de agricultores e estabeleceu uma aproximação com a administração municipal” (MARQUES et al., 2014, p. 1334). Também assinalam que:

“o PNAE é o programa de suplementação alimentar mais antigo, de maior abrangência e continuidade no Brasil e desde 2005, a alimentação escolar faz parte dos eixos articuladores da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) (MARQUES et al., 2014, p. 1329).

Em concordância com Marques et al. (2014), Bohner et al. (2014, p. 3195) também destaca que o PNAE é considerado um dos mais antigos programas sociais na área da alimentação e garante a “alimentação escolar dos alunos de toda a educação básica matriculados em escolas públicas e filantrópicas” (BOHNER et al., 2014, p. 3195). Gonçalves e Baccarin (2018, p. 176) destacam que como “canal para a comercialização dos alimentos de origem familiar, o PNAE estimula renda e ocupação para as populações territoriais, além da alimentação saudável para os escolares”.

Para Triches e Schneider (2010, p. 2) as ações públicas de aquisição de alimentos “integram políticas de direito à alimentação, relacionadas à saúde e à nutrição da população de

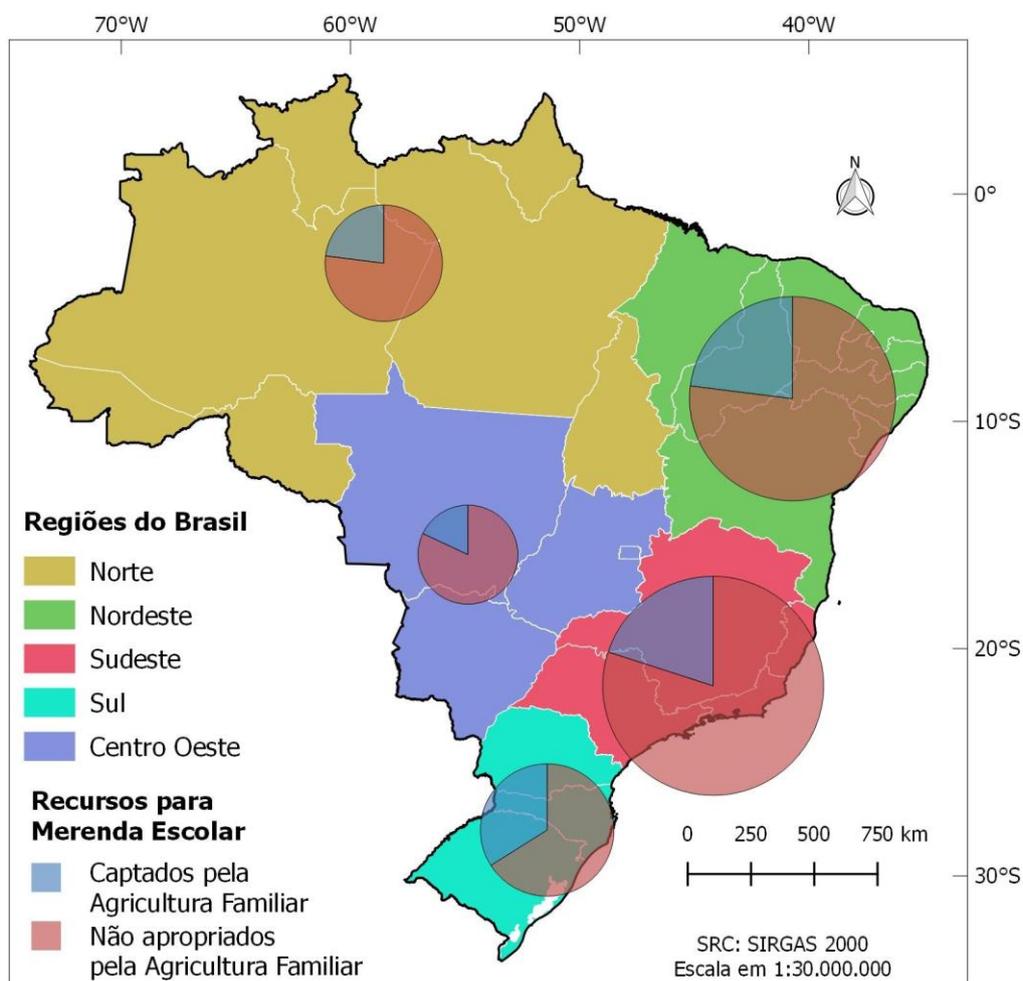
escolares e, por outro, criam mercados para os agricultores familiares onde não existiam ou eram muito débeis”.

Na figura 01 é possível verificar a distribuição espacial dos recursos do PNAE segmentados pelo montante que é apropriado pela agricultura familiar e o restante que vão para os demais fornecedores. Como o recurso é repassado pelo número de alunos matriculados no ano anterior e tal variável está correlacionada com o quantitativo da população, então é esperado que o recurso esteja alocado nas regiões mais populosas do país, as quais se encontram no litoral como o sudeste, nordeste e sul. Sendo acompanhada pelas regiões onde o quantitativo da população no território se torna mais rarefeita como o norte e centro-oeste.

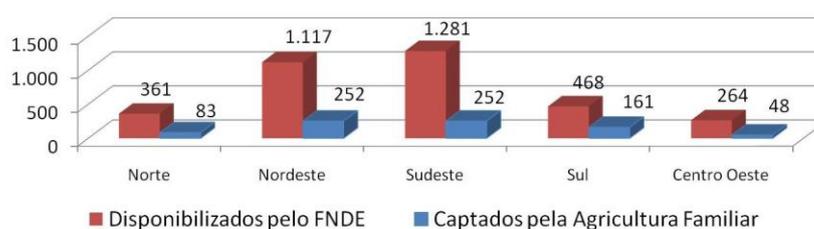
É interessante mencionar que os recursos além de alocados pelo número de alunos matriculados no ano anterior, seu valor é acrescido pelas categorias destes alunos, como é o caso de escolas quilombolas, indígenas, centro de educação infantil (conhecidos anteriormente como creches) que recebem um valor diferenciado, assim por exemplo, as Escolas Indígenas e Quilombolas recebem aproximadamente R\$ 0,64, Programa de Fomento Escolar como o Ensino Médio em Tempo Integral recebe R\$ 2,00; Ensino Integral recebe R\$ 1,07; o CEINF recebem R\$ 1,07; Pré-escola recebem R\$ 0,53.

**Figura 1:** Distribuição dos recursos do PNAE por região do Brasil em 2016.

### Participação da Agricultura Familiar na Merenda Escolar



Recursos para a Merenda Escolar (milhões de R\$) em 2016



Fonte -> Malha Digital: IBGE (2018)  
Dados do PNAE: FNDE (2018)



Cartografia: Giovane Silveira da Silveira  
Software de Cartomática QGIS 2.18 Las Palmas



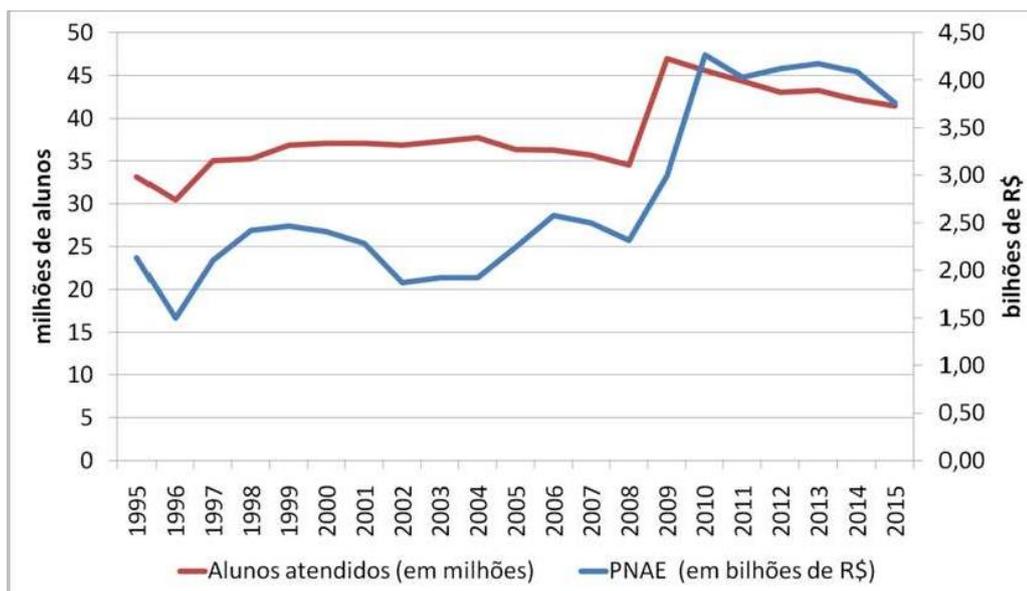
Fonte: Dados do portal FNDE (2018b). Elaborado pelos autores.

Vale enfatizar que neste ano de 2016 o volume de recursos do FNDE para o PNAE foi do total de 3,9 bilhões de reais, enquanto que aquele apropriado pela agricultura familiar atingiu o montante de 858 milhões de reais, o que representa um percentual 22% dos recursos alocados para a alimentação escolar.

Na Figura 2 é possível verificar uma série histórica sobre a evolução dos gastos do

PNAE e do número de alunos beneficiados por tal programa. Percebe-se que enquanto o público atendido aumentou em 25%, os valores, já deflacionados, do PNAE aumentaram em 76%, ou seja, triplicaram em relação à variação do número de alunos. O que significa um aumento substancial de recursos para a alimentação do alunado.

**Figura 2:** Série histórica dos alunos atendidos pelo PNAE e do volume de recursos deste programa no Brasil para o período de 1995 a 2015.



Fonte: Dados do portal FNDE (2018a). Elaborado pelos autores.

A Figura 2 permite duas observações muito pertinentes. A primeira é de que a taxa de crescimento dos valores do PNAE no período de 1995 até 2008 foi da ordem de 8,62% e, em segundo, que no ano de 2009 é promulgada a Lei 11.947 que regulamenta de forma específica o programa de alimentação escolar que está em funcionamento desde 1955; e, por conseguinte, desencadeia uma significativa modificação da taxa de crescimento.

Assim, de 2008 até 2015 a taxa de crescimento de recursos repassados foi de 62,43%. Percebe-se o aumento do valor monetário do PNAE que passou de R\$ 2,31 bilhões de reais em 2008 para R\$ 4,27 bilhões de reais em 2010. Ou seja, um aumento de 1,96 bilhões de reais em apenas três anos. Enquanto que o aumento de alunos foi de apenas 31,79%; de 35 milhões de alunos para 46 milhões. Já a partir de 2010 percebe-se uma correlação entre o número de alunos atendidos e os valores repassados do FNDE para o PNAE. Isto acontece justamente por que o valor destinado para a Alimentação Escolar é calculado com base no número de alunos matriculados no ano anterior como já mencionado. Cujas aplicação pode ocorrer com complementação monetária de recursos dos Estados e Prefeituras.

Como já enfatizado nos parágrafos anteriores a literatura especializada em estudos agrários destaca a relevância do Programa Nacional de Alimentação Escolar para a agricultura familiar. Para Bohneret al. (2014, p. 3201), por exemplo, políticas públicas como o PNAE “beneficiam o desenvolvimento sócio econômico dos locais de atuação, pois valorizam a agricultura familiar, promovem a articulação de produção e consumo de alimentos fortalecendo os mercados locais e regionais”.

Marques et al. (2014, p. 1338) reforçam tal idéia de que “o consumo de alimentos advindos da agricultura familiar e de suas organizações pode ser uma possibilidade viável para inserir socialmente setores que foram excluídos ao longo da história do país” no momento em que permite a geração de emprego e renda à estes trabalhadores do campo. O que os autores entendem “como sendo uma inclusão sócio-econômica dos agricultores familiares” (MARQUES, 2014, P. 1339).

Já Triches e Schneider (2010, p. 12) destacam a positividade dos seguintes aspectos sobre agricultura familiar proporcionada pela participação no PNAE:

Formas de plantio e produção diferenciados como os alimentos orgânicos e tradicionais; incentivo à organização, à cooperação e à formalização; e a garantia da venda dos gêneros produzidos, com o aumento da renda e, provavelmente, diminuição do êxodo rural (TRICHES; SCHNEIDER, 2010, p. 12).

Segundo Triches e Schneider (2010, p. 2) este tipo de políticas públicas reforçaria “um modelo mais sustentável, que aproxime a produção de pequenos agricultores familiares e o consumo de alimentos, contribuindo para uma reconexão da cadeia alimentar”. Os autores ainda assinalam que em virtude de estudos comprovarem que os hábitos alimentares da infância tenderem a perdurar na vida adulta, então devem-se atentar para o programa de alimentação escolar, haja vista que o mesmo consiste como “um dos programas de assistência alimentar que atinge o maior número de pessoas (principalmente crianças e adolescentes)” e, em virtude de em muitos casos, ser “a única refeição com qualidade nutricional do dia, deve ser considerada como possibilidade real na construção de uma cadeia alimentar diferenciada”.

## **METODOLOGIA E JUSTIFICATIVA**

Como metodologia foi utilizada a ferramenta entrevista com roteiro semi- estruturado para os gestores da Secretaria de Educação do Município de Ponta Porã, responsável pelo setor

de merenda escolar. As perguntas norteadoras do trabalho foram referentes à elaboração do cardápio da merenda escolar: Como é realizado o planejamento deste cardápio? Existem diferenças entre os cardápios de escolas rurais e escolas urbanas? Como é feita a compra / o fechamento do contrato com as cooperativas? Com quantas cooperativas o setor de merenda escolar trabalha? Os alimentos adquiridos das cooperativas estão disponíveis o ano todo ou são sazonais? Quais os tipos de alimentos mais adquiridos das cooperativas? É realizado um contato prévio/ consulta com as escolas antes de elaborar a lista de alimentos necessários para a semana? E, por último, como é realizado o contato com as cooperativas para solicitar a lista de alimentos necessários para a semana?

Além disso, também entrevistamos o setor de Censo Escolar do município a fim de obter informações referentes ao número de Escolas Municipais urbanas e Centros de Educação Infantil de Ponta Porã, além do número de alunos matriculados em ambas as instituições. Por intermédio dessas informações foi possível localizar e mapear as escolas municipais e Centros de Educação Infantil em Ponta Porã que recebem a produção dos agricultores familiares, para isto foi utilizado uma coleta de coordenadas geográficas, com equipamento receptor GNSS – *Global Navigation Satellite System* (Sistema Global de Navegação por Satélite), da marca Garmin, modelo eTrex 10; e, posteriormente as coordenadas foram configuradas e formatadas em software de geoprocessamento, QGIS versão 2.18 Las Palmas.

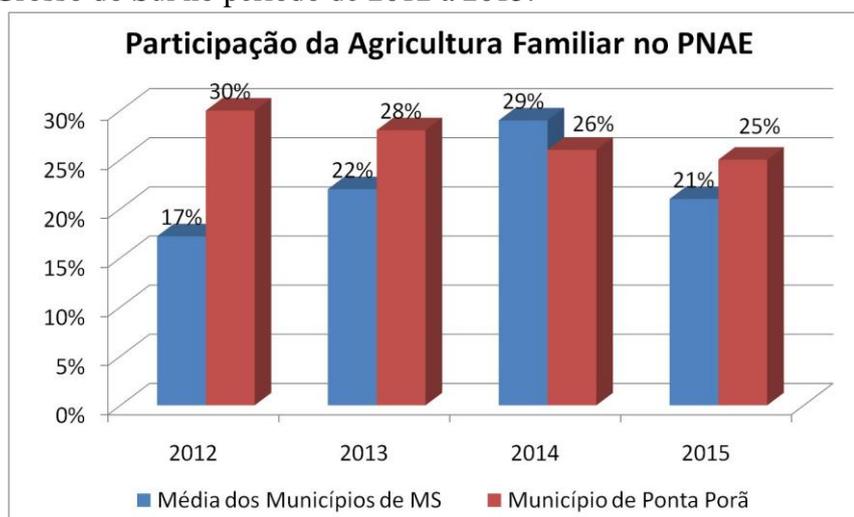
Também entrevistamos os representantes de uma entidade jurídica localizada no Assentamento Itamarati que participa do Programa Nacional de Alimentação Escolar. As perguntas norteadoras da entrevista foram: Quais os tipos de produtos são comercializados e quais destes produtos apresentam maior demanda? Como é realizado o contato com os cooperados para a solicitação e/ou entrega dos produtos? Como é efetuado o transporte dos alimentos das propriedades rurais até a cooperativa e da cooperativa até as escolas? Quais são os maiores desafios e/ou benefícios da participação da cooperativa no âmbito do PNAE? Assim também fizemos uso de registros fotográficos dos alimentos/ produtos comercializados pela cooperativa.

## **O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE PONTA PORÃ COMO INDUTOR DE DESENVOLVIMENTO**

Em um estado com 79 municípios, como Mato Grosso do Sul, o município de Ponta Porã esteve em quinto lugar, no ano de 2012, no que se refere à participação dos recursos do

FNDE destinados para o Programa Nacional de Alimentação Escolar, tal posição de quinto lugar também ocupou no ranking de absorção de recursos do FNDE pela Agricultura Familiar. Na figura 3 é possível verificar a participação da Agricultura Familiar no âmbito dos recursos do FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação destinados para o Programa de Alimentação Escolar tanto em Ponta Porã quanto na média dos municípios do estado de Mato Grosso do Sul. Percebe-se que mesmo o município apresentando um decréscimo de tal participação do período inicial ao final da série, sua atuação ainda assim continua na maioria dos anos, com exceção de 2014, acima da média dos municípios de Mato Grosso do Sul. Percebe-se também que de 2014 para 2015, apesar de haver um decréscimo na participação, tal foi maior na média dos estados de Mato Grosso do Sul, quando comparado com o município de Ponta Porã.

**Figura 3:** Série histórica da participação da Agricultura Familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar em Ponta Porã e na média dos municípios do estado de Mato Grosso do Sul no período de 2012 a 2015.



Fonte: elaborado pelos autores.

E no ano de 2013 teve-se que metade dos recursos do FNDE para o PNAE em Mato Grosso do Sul estiveram concentrados em quatro municípios, a saber: Campo Grande, Dourados, Corumbá e Três Lagoas. Somente a capital do Estado, Campo Grande, concentrou um terço do somatório de todos os recursos destinados para os municípios. Já Ponta Porã, assim como em 2012, figurou em quinto lugar no ranking de captação de recursos, tanto de recebimento do PNAE, quanto no quinto lugar de participação da agricultura familiar nos recursos destinados para a Alimentação Escolar.

Já em 2014 o valor do FNDE destinado para Ponta Porã ultrapassou a magnitude de

um milhão de reais, mas somente R\$ 264.436,65 foram destinados para a Agricultura Familiar. Assim, no dito ano, apesar de manter o ranking de quinto município do estado em termos de recebimento de recurso, sua posição no que se refere à captação de tal recurso pela Agricultura Familiar foi de oitavo lugar no estado. Já em 2015 a soma de recursos dos seguintes municípios: Campo Grande, Dourados, Corumbá, Três Lagoas e Ponta Porã atingiam a porcentagem de 51,27% da soma de todos os recursos destinados do FNDE para o PNAE em Mato Grosso do Sul.

Na Tabela 1 é possível verificar a quantidade de municípios por nível de participação da Agricultura Familiar nos recursos destinados do FNDE para o PNAE. É interessante mencionar que na tabela tem-se a divisão em cinco estratos quais são: municípios que não participam e não recebem recursos, municípios que participam e que recebem até 10% dos recursos, os que recebem entre 10 a 20%, os que recebem 20% a 30% e os municípios que recebem recursos acima de 30%. Observamos uma redução de aproximadamente 70% no número de municípios que não participam da Agricultura Familiar no PNAE em apenas três anos, ou seja, em 2013 foi verificado que 17 municípios do estado não tinham participação da Agricultura Familiar no PNAE e no ano de 2015 esse número de município caiu para 10.

Observamos também que houve um crescimento aproximado de 40% de municípios que adquirem entre 20% a 30% da Alimentação Escolar por meio da Agricultura Familiar, de 12 municípios passou para 19. Percebe-se que a quantidade de municípios do estado que recebem acima de 30% dos recursos é de 18, 24 e 21 respectivamente para os anos de 2013, 2014 e 2015.

**Tabela 1:** Níveis de participação da Agricultura Familiar no PNAE por quantitativo de municípios de Mato Grosso do Sul.

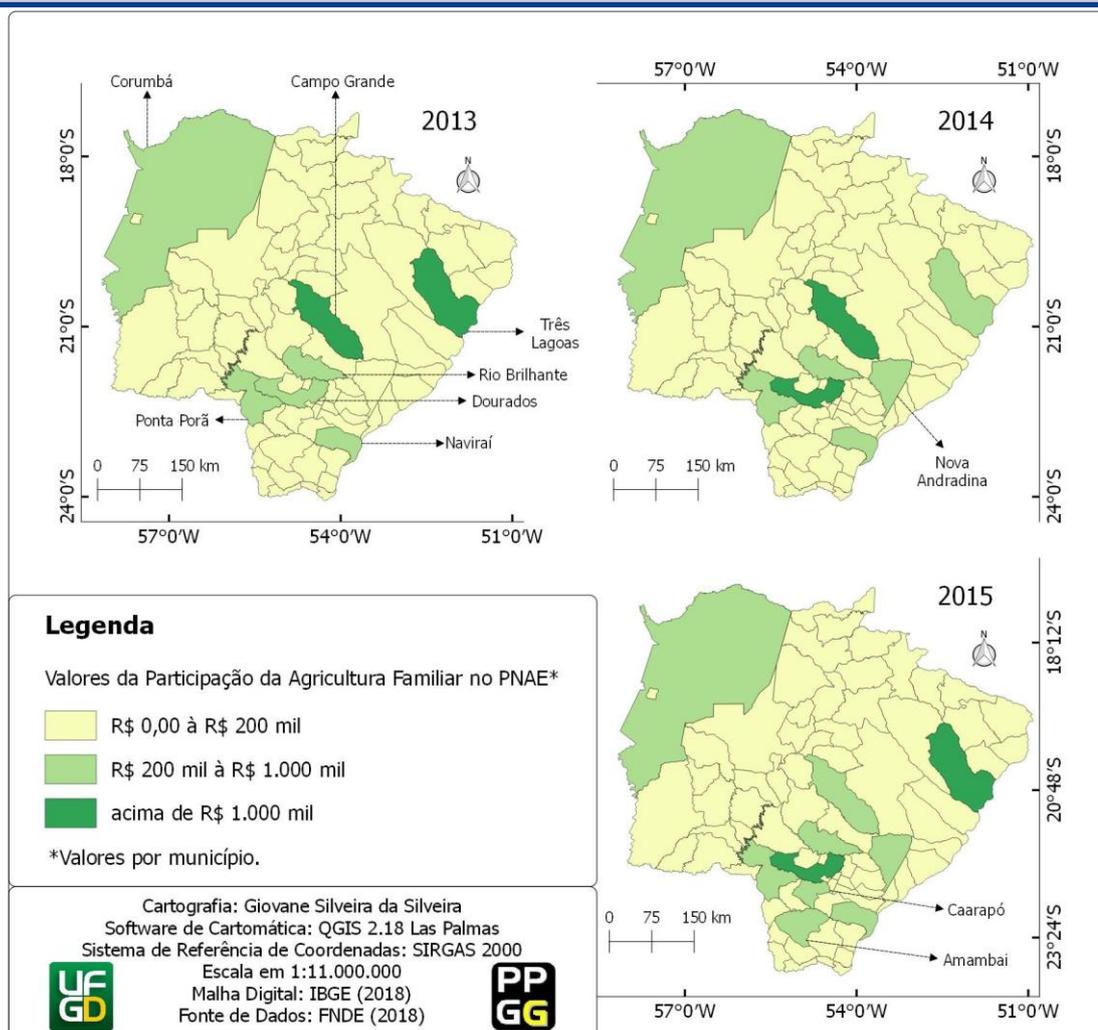
| <b>Nível de participação</b> | <b>2013</b> | <b>2014</b> | <b>2015</b> |
|------------------------------|-------------|-------------|-------------|
| Não participa                | 17          | 17          | 10          |
| 0 - 10%                      | 14          | 13          | 13          |
| 10% - 20%                    | 17          | 10          | 14          |
| 20% - 30%                    | 12          | 14          | 19          |
| Acima de 30%                 | 18          | 24          | 21          |

Fonte: Elaborado pelos autores, como base nos dados FNDE (2018).

Com relação ao quantitativo de valores monetários absorvidos pelos agricultores familiares do PNAE, advindos do FNDE, para os municípios de Mato Grosso do Sul nos anos de 2013, 2014 e 2015, apresenta-se na Figura 4 uma segmentação com faixas de assimilação de tais recursos.

É possível perceber que a maioria dos municípios recebe um valor anual inferior à R\$ 200.000 (duzentos mil reais). Com relação a valores acima de R\$ 1.000 mil (um milhão de reais) tem-se que para todos os anos tal posição foi ocupada por municípios diferentes, ou seja, nenhum município conseguiu manter-se neste lugar para o período de 2013-2015. Já com relação aos municípios que ocupam a posição intermediária, na faixa de R\$ 200 mil à R\$ 1.000 mil, tem-se a permanência, em todos os anos, de Corumbá, Rio Brillhante, Naviraí e Ponta Porã.

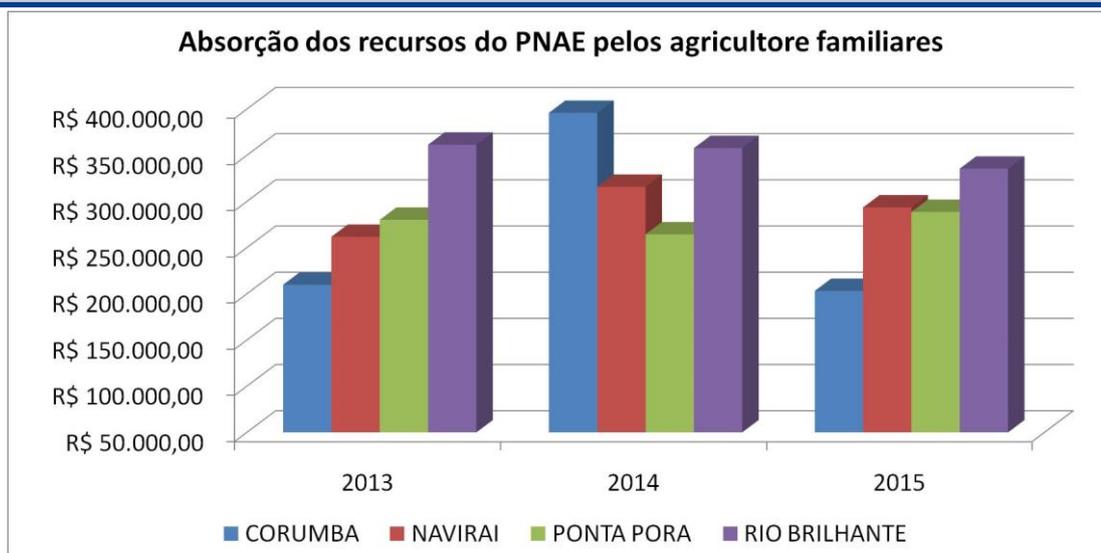
**Figura 4:** Valores absorvidos do FNDE pela Agricultura Familiar por meio do PNAE nos municípios de Mato Grosso do Sul, referente aos anos de 2013, 2014 e 2015.



Fonte: elaborado pelos autores.

No que se refere aos municípios de Corumbá, Rio Brillhante, Naviraí e Ponta Porã, tem-se, de acordo com a Figura 5, que Corumbá e Rio Brillhante apresentaram decréscimo quantitativo na absorção dos recursos ao passo que Naviraí e Ponta Porã revelaram crescimento positivo para o período, com valores de recursos financeiros muito próximos para o ano de 2015, em respectivamente R\$ 293.600,30 para Naviraí e R\$ 288.668,86 para Ponta Porã.

**Figura 5:** Quantitativo dos recursos do FNDE absorvidos pelos agricultores familiares por meio do PNAE, para municípios selecionados: Corumbá, Naviraí, Ponta Porã e Rio Brillhante.



Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados do FNDE (2018).

Verificamos que no município de Ponta Porã foram assistidas pelo PNAE um total de 13.573 alunos da rede pública municipal de ensino. Segmentados em Escola Municipal com total de 11.220 alunos, Centros de Educação Infantil com 2.057 alunos e Centro de Educação Especial com 296 alunos (SME, 2018).

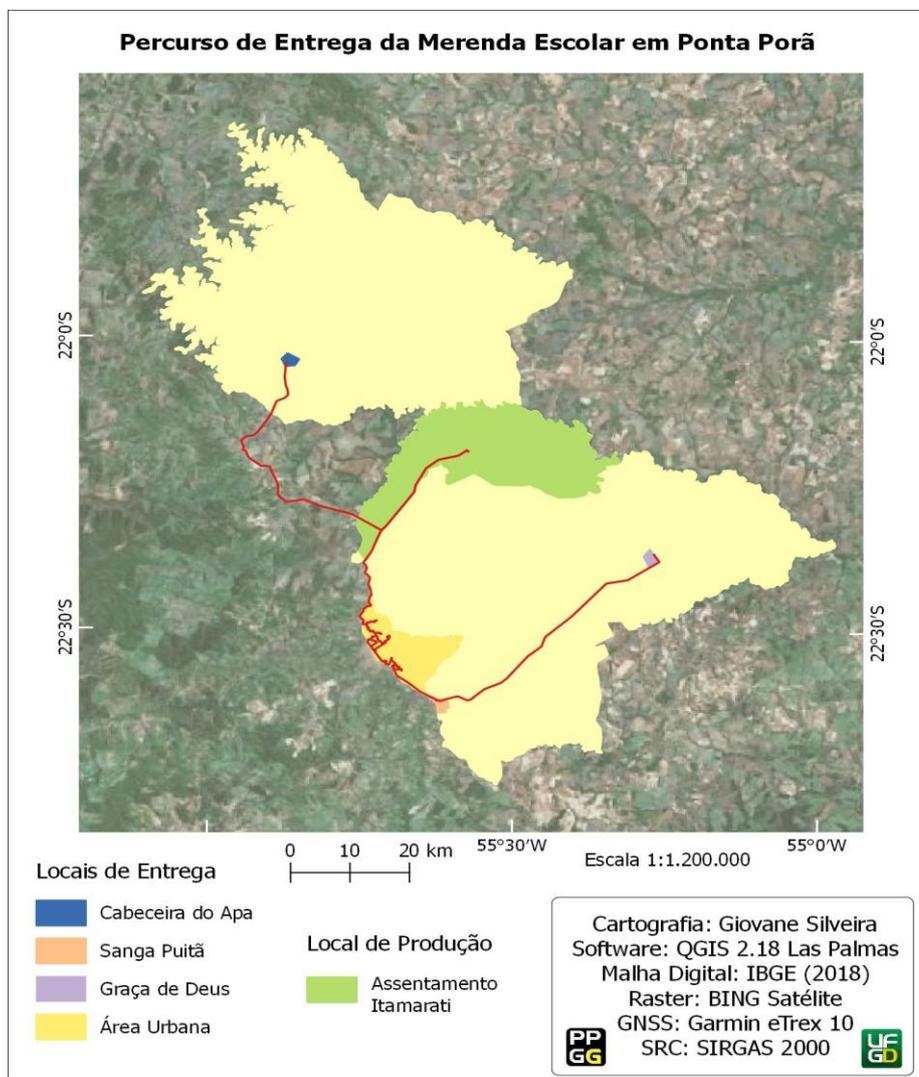
Também foi possível constatar que o Setor de Merenda Escolar do município elabora o cardápio das escolas por meio de um planejamento anual, que toma uma forma mensal dividido por sua vez em quatro semanas. Geralmente o setor envia um cardápio de todas as escolas urbanas e rurais semanalmente para a cooperativa de agricultores familiares que participa do PNAE, a partir desse cardápio a respectiva cooperativa inicia o contato e/ou articulação com os cooperados solicitando uma quantia X de produtos.

Geralmente os cooperados entregam a produção aos domingos no local da cooperativa, onde o Presidente juntamente com o Secretário da cooperativa recebem os produtos, fazem a pesagem correspondente e disponibilizam um comprovante de entrega de produção a cada cooperado. O meio de transporte utilizado pelos cooperados para a entrega produção varia desde moto, camioneta e/ou carona com amigos e os vizinhos.

Nos dias de segunda-feira no período matutino no primeiro horário iniciam os preparativos para a entrega dos alimentos nas escolas municipais. O transporte é por conta da cooperativa localizada no Assentamento Itamarati e é realizado em camionete com baú onde são armazenados os alimentos que são entregues em cada escola municipal e/ou CEINFs. A Figura 6 traz um registro do percurso realizado desde o Assentamento Itamarati, até o centro da área urbana da cidade de Ponta Porã, no qual se concentra de forma majoritária as

instituições de ensino municipais. Assim, como nas áreas rurais de Sanga Puitã, Graça de Deus e Cabeceira do Ápa.

**Figura 6:** Percurso da Merenda Escolar a partir da área rural do Assentamento Itamarati no município de Ponta Porã (MS).



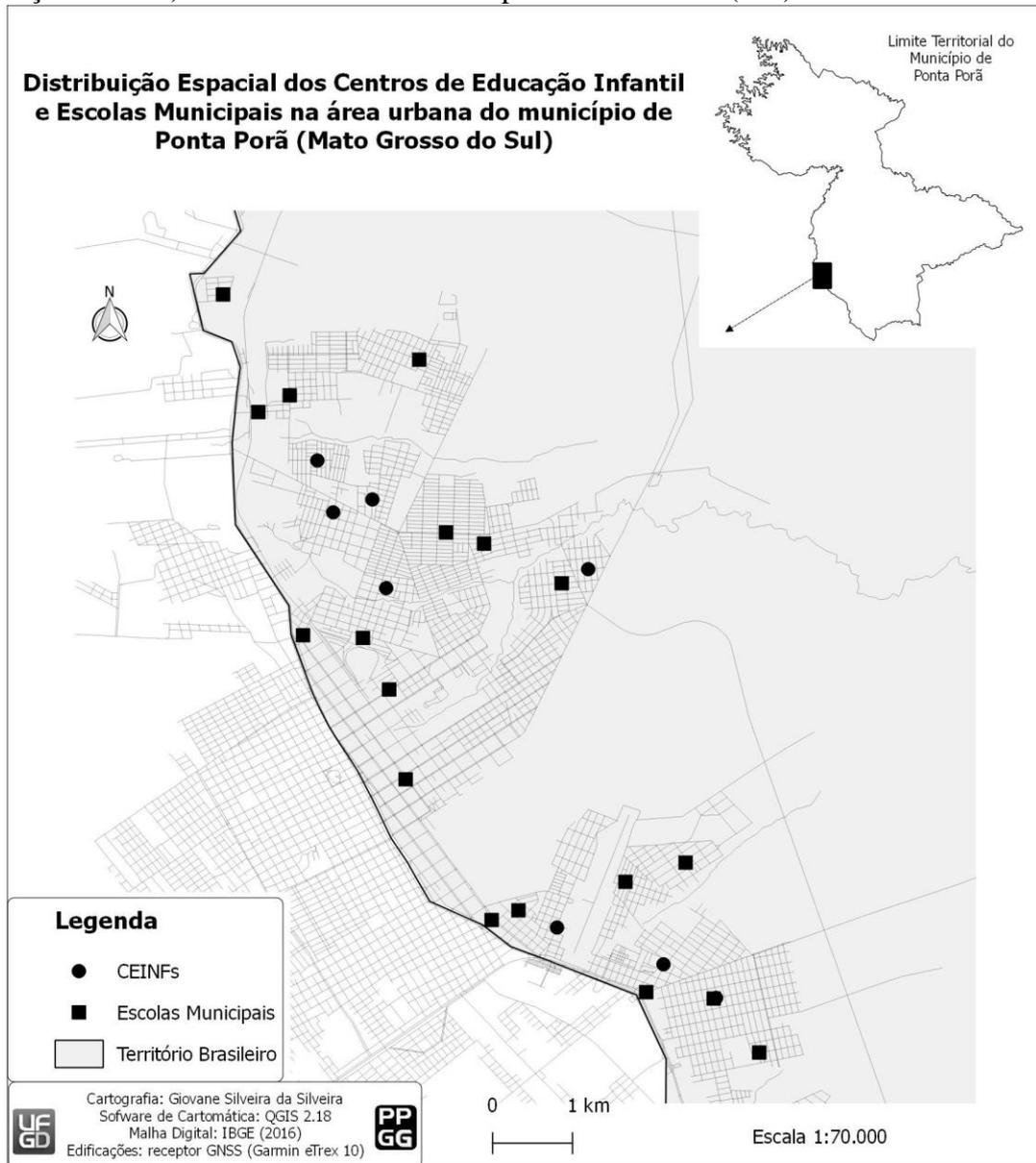
Fonte: elaboração própria.

Uma observação importante é de que a distância entre o núcleo do Assentamento Itamarati até o centro urbano de Ponta Porã é de 50 km (cinquenta quilômetros). O que implica em um custo de 100 km ao contabilizar somente os trajetos de ida e volta, sem considerar os percursos no interior do espaço urbano para a entrega dos alimentos nas Escolas Municipais e CEINFs. Soma-se a isso que a entrega do alimento escolar na Cabeceira do Ápa a partir do núcleo do assentamento Itamarati tem um percurso de 70 km, o que contabiliza a soma de 140 km quando se agrega a ida e volta. Já da área urbana de Ponta Porã até a Graça de Deus perpassando Sanga Puitã, tem-se um percurso aproximado de 60 km, o que implica no total de

120 km considerando o regresso.

Na Figura 7 tem-se um registro das escolas da área urbana do município de Ponta Porã, que representam 63% da alocação de recursos da alimentação escolar.

**Figura 7:** Distribuição Espacial das Instituições de Ensino Municipal (Escolas e Centros de Educação Infantil) na área urbana do município de Ponta Porã (MS).



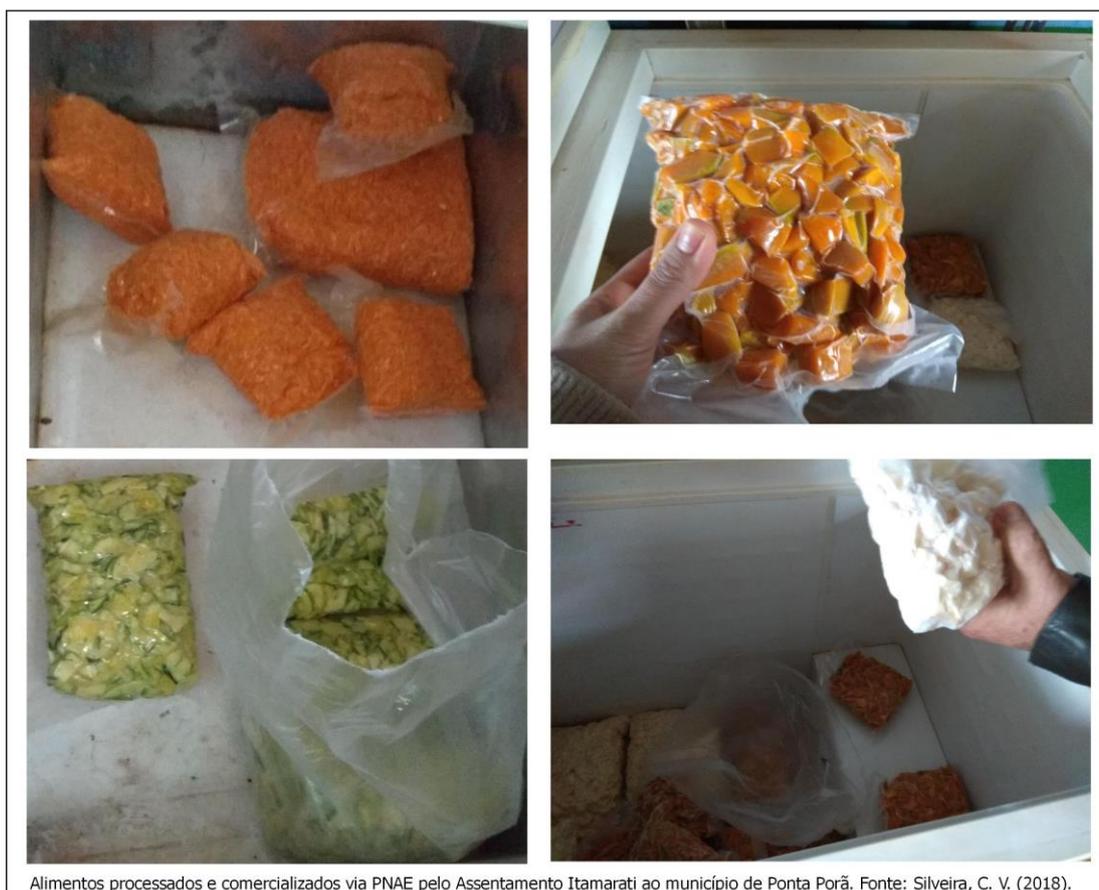
Fonte: Elaborado por Silveira, G. S. a partir de dados da Secretaria Municipal de Educação, Setor Censo Escolar, 2017.

Ao utilizar o software *BasceCamp* da Garmin com o intuito de simular a rota realizada para entrega da merenda escolar em cada uma das instituições municipais de ensino apresentadas na figura 7, calculou-se também o quantitativo de 40 km percorridos na área urbana entre uma instituição e outra com a missão de efetuar a entrega da alimentação escolar.

Assim, de forma aproximada, pode-se considerar que semanalmente a entrega do alimento escolar na porta de cada escola implica em um custo para o agricultor familiar em torno de 380 km.

Verificou-se que os principais alimentos comercializados são os processados como iogurtes, também se encontram a mandioca, abóbora e cenoura (estas três últimas são processadas, descascadas e cortadas e/ou raladas e são empacotadas em embalagens de 1 Kg), além disso, às folhosas como alface, salsinha, cebolinha, couve (cortada), ademais de cebola, tomate e brócolis. A Figura 8 apresenta alguns itens comercializados pela cooperativa que participa do PNAE.

**Figura 8:** Alimentos processados e comercializados via PNAE pelo Assentamento Itamarati ao município de Ponta Porã



Alimentos processados e comercializados via PNAE pelo Assentamento Itamarati ao município de Ponta Porã. Fonte: Silveira, C. V. (2018).

Fonte: SILVEIRA, C.V. (2018).

Averiguamos com o Setor de Merenda Escolar que os cardápios são diferenciados para as escolas municipais localizadas em áreas urbanas e rurais e também dos Centros de Educação Infantil (CEINFs). O cardápio é elaborado dentro das normas de nutrição; é balanceado e atende população específica, por exemplo, na área rural os alunos saem de madrugada de casa, por isso ao chegarem à escola eles tomam café da manhã e antes da saída eles almoçam para subir nos

ônibus e ir até suas casas, assim na área rural é realizada duas refeições principais. Na área urbana é servida uma refeição diariamente, nesse caso as crianças muitas vezes moram próximo à escola.

Existem diferenças entre as refeições principais e o lanche. A população é diferente, por exemplo, as escolas rurais recebem o café da manhã e mais uma refeição, por que essas crianças saem de madrugada de casa e ao chegar à escola já é servido o café para eles e antes de ir para suas casas elas almoçam para seguir o trajeto até suas casas, então as escolas rurais precisam ter um atendimento diferenciado, pelo tempo que essas crianças ficam dentro do ônibus, que é diferente das escolas urbanas. A pesar de as idades serem parecidas (Entrevista realizada no dia 21/09/2018 com o gestor municipal responsável pela merenda escolar).

Outra questão que constatamos é o grande consumo de iogurte nas escolas, este alimento é produzido no Assentamento Itamarati (da marca “Cut Cut”) em parceria com uma das cooperativas que participam do PNAE. A Tabela 2 apresenta a participação relativa de alimentos adquiridos da agricultura familiar para consumo das Escolas Municipais e CEINFs.

**Tabela 2.** Participação relativa de alimentos adquiridos da agricultura familiar para consumo das Escolas Municipais e CEINFs.

| Medida  | Alimento                 | Escolas |        |       |
|---------|--------------------------|---------|--------|-------|
|         |                          | CEINF   | Urbana | Rural |
| Unidade | Iogurte                  | 63%     | 16%    | 21%   |
| Unidade | Alface                   | 50%     | 25%    | 25%   |
| Unidade | Brócolis                 | 54%     | ---    | 46%   |
| Kilo    | Cebola                   | 30%     | 16%    | 54%   |
| Maço    | Cebolinha                | 33%     | 18%    | 49%   |
| Kilo    | Cenoura Ralada           | 17%     | ---    | 83%   |
| Kilo    | Repolho                  | 52%     | ---    | 48%   |
| Maço    | Rúcula                   | 100%    | ---    | ---   |
| Maço    | Salsinha                 | 32%     | 22%    | 46%   |
| Kilo    | Tomate                   | 28%     | 15%    | 56%   |
| Kilo    | Abóbora Menina           | ---     | ---    | 100%  |
| Kilo    | Abóbora Cabotiã (Pedaço) | ---     | ---    | 100%  |
| Unidade | Couve Flor               | ---     | ---    | 100%  |
| Kilo    | Couve Picada             | ---     | ---    | 100%  |
| Kilo    | Mandioca Picada          | ---     | 66%    | 34%   |
| Kilo    | Feijão Marron            | ---     | 100%   | ---   |

Elaboração própria com base nos dados da cooperativa entrevistada e da Secretaria de Educação, (2018).

Os alimentos são entregues às escolas municipais da área urbana de forma quinzenal e para os as escolas rurais e Ceinfs de forma semanal. “No Ceinfs o iogurte, por exemplo, vai

como lanche, nas escolas rurais vai como café da manhã em um dia da semana e na área urbana ele vai como refeição principal, o iogurte tem uma qualidade nutricional superior que a bebida láctea, por exemplo,” (Entrevista realizada com o setor de Merenda Escolar no dia 21/09/2018). A Figura 9 apresenta o iogurte servido na merenda das escolas do município.

**Figura 9.** Iogurte servido na merenda das escolas do município de Ponta Porã.



Fonte: SILVEIRA, C.V (2018).

Os demais produtos alimentícios são entregues a cada escola e/ou Ceinfs de acordo com a demanda de cada instituição. Verificamos que atualmente uma cooperativa entrega os gêneros alimentícios para as escolas Municipais, porém os gestores mencionam que seria interessante que mais cooperativas ligadas à agricultura familiar do município participem desses editais, para que haja uma maior diversificação de produtos, assim também como maior nível de oferta de frutas, por exemplo, “seria muito interessante que agricultura familiar nos fornecesse frutas, os produtos das cooperativas tem preços interessantes e são de boa qualidade” (Entrevista realizada com o setor de Merenda Escolar no dia 21/09/2018). Foi verificado também que alguns gêneros alimentícios que a cooperativa fornece para as instituições educativas são sazonais, por exemplo, foi citado o caso do brócolis, chuchu, couve-flor, entre outros, nesse caso ocorre a substituição por outro gênero alimentício.

Em conversa com o representante da cooperativa que fornece os alimentos para o município, este nos revelou que no momento não tem condições de fornecer frutas para o município, somente para o Estado, na ocasião o representante informou que a cooperativa

também trabalha com 4 escolas estaduais.

Verdura de modo geral é o que as escolas mais pegam, folhosas, tomate, cebolas, brócolis, fruta, couve flor, mandioca, cebolinha, repolho, cenoura, couve picada, cabotiã, fruta não, fruta vai pro estado que é pouquinho, banana e laranja, fruta não abastece pro município, o município queria comprar, mas não tem condição, não vai abastecer, o produto só dá para o Estado que é pouquinho (Entrevista realizado no dia 20/08/2018 com o representante da cooperativa).

Neste sentido concordamos com Marques et al. (2014, p. 1329) que assinalam que “a relação entre a escola e a agricultura familiar poderá contribuir para relacionar o consumo à produção de alimentos mais sustentáveis estreitando a relação entre cidade e campo”. Para um efetivo estreitamento “o planejamento dos cardápios deveria incluir um levantamento dos agricultores familiares aptos e com capacidade produtiva, a sazonalidade dos itens, a vocação agrícola e os hábitos alimentares” (MARQUES, 2014, p. 1333). Em relação à logística para efetivar a entrega dos alimentos, o representante da cooperativa mencionou que realizam a entrega de alimentos semanalmente para o município.

Aqui nos tem a logística de andar a cidade inteira, nós tem que sair cedo, são 20 escolas municipais, mais os CEINFs e mais as duas entidades, e nós vende a R\$ 1,35 por exemplo o iogurte para o município; nos sempre vendeu a esse preço, pois é muita logística, daí no mercado lá de Ponta Porã esse iogurte está R\$ 1,00; daí o pessoal que mexe com merenda não gostou que viu ali o preço no mercado à R\$ 1,00. A gente tem que andar a cidade inteira e entregar de porta em porta, tem que ir em Sanga Puitã, nas escolas rurais, lá na Graça de Deus, vai ali na Cabeceira do Apa, então é muita logística, por que pegar no mercado é uma coisa, agora você ter que entregar de porta em porta é outra, gasta muito, gasta muito combustível (Entrevista realizado no dia 20/08/2018 com o representante da cooperativa).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda no primeiro decênio do século XXI o Governo Federal do Brasil regulamenta o PNAE – Programa Nacional de Merenda Escolar por meio da Lei 11.947 de 16 de junho de 2009. Tal decreto dispõe sobre uma política pública que funcionava desde 1955. Todavia, a pujantes modificações em tal política já estava sendo arquitetada desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, a qual declarava em seu artigo 208 que a Alimentação Escolar deveria figurar nas Políticas Públicas de Educação, e assim, passa a ser constituída como política pública permanente do Estado. Soma-se a isso o fato dos governos estaduais e municipais utilizarem-se da Lei 10.696 de 02 de julho de 2003 que estabelece o Programa de Aquisição de Alimentos, por meio de tal política se realizava a aquisição de alimentos para a Alimentação Escolar, a qual estava atrelada ao PGPM – Política de Garantia de Preços

Mínimos, e nesta já se realizava a compra de alimentos, dentre outros fornecedores, da Agricultura Familiar.

Mas é com a Lei 11.947 de 16 de junho de 2009 em seu Artigo 14 que é exposto o mínimo de 30% dos recursos destinados do FNDE para o PNAE como oriundos da Agricultura Familiar. O princípio orientador de tal política é de que sua aplicação leve à melhoria da renda dos agricultores e, por conseguinte, ao desenvolvimento local e a alimentação saudável dos estudantes. Um ponto chave desta nova situação é de que a licitação por menor preço é substituída pela chamada pública de produtos.

Nesta temática vários autores destacam que a participação em tais chamadas públicas elevou o nível de profissionalização dos agricultores familiares. Os dados apresentados por este trabalho destacam que a taxa de crescimento dos recursos para a Alimentação Escolar são totalmente diferentes quando se toma como ponto de corte o ano de 2009, ou seja, quando é assinada a Lei 11.947. O que revela o impacto de tal lei, principalmente no que se refere ao aumento da disponibilidade de alimentos para as instituições de ensino municipais e estaduais, com foco na participação dos agricultores familiares neste montante de no mínimo 30% dos recursos. Principalmente na forma de organizações, associações e cooperativas; além da atuação dos assentados da reforma agrária, têm-se as comunidades indígenas e quilombolas como fornecedora de alimentos.

No que se refere à distribuição espacial dos recursos do FNDE para o PNAE pode-se perceber que o mesmo se distribui de forma mais intensa no litoral do país, pois neste a população está disposta de forma mais volumosa quando comparada com as demais regiões. E uma população maior implica em uma maior recepção dos recursos que são destinados para estados e municípios conforme o número de alunos. Todavia, independente do volume de recursos, maior ou menor, o fato é de que a parte que cabe à Agricultura Familiar ainda está abaixo da faixa do mínimo de 30%. E isto pode ser explicado pelo fato de que os agricultores familiares ainda estão se adaptando a este novo mercado, também denominado por mercado institucional.

Pode-se, então, afirmar com base na literatura de estudos agrários que os produtores rurais, que configuram na classe da agricultura familiar, garantem a reprodução de seu modo de vida por meio da participação de dois mercados, aquele de venda direta ao consumidor, comumente materializado nas feiras livres, e o institucional que destina a compra de suas respectivas produções pelo Estado, por meio de políticas públicas como o PAA – Programa de

Aquisição de Alimentos e o PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar. Ora, o mercado convencional é aquele no qual a agricultura familiar sempre esteve inserida, mas o mercado institucional é algo relativamente recente se o tomarmos a partir das Leis de 2003 e 2009. Por conseguinte, é salutar que esteja ocorrendo uma adaptação tanto dos fornecedores quando dos demandantes de alimentos. E isso é notável, principalmente quando se toma o estudo de caso apresentado no presente trabalho ao tratar da Alimentação Escolar em Ponta Porã.

Percebe-se pelos produtos fotográficos gerados a qualidade de valor inestimável dos alimentos fornecidos pelos agricultores familiares para os escolares. O que garante uma altíssima qualidade para a alimentação saudável, conforme as recomendações nutricionais. Todavia, os produtos cartográficos revelam, na mesma proporção, a laboriosa tarefa de entrega destes alimentos na porta de cada escola, tanto rural como urbana. Por meio do registro de coordenadas geográficas, coletadas com um aparelho GNSS da marca Garmin, modelo *eTrex 10*, de cada uma das instituições de ensino municipais de Ponta Porã e com o auxílio do software *BaseCamp*, foi possível simular a rota efetuada por um veículo de transporte de mercadorias, e o resultado foi de um percurso de aproximadamente 380 km, a fim de entregar tal merenda escolar pelos agricultores familiares.

Quando confrontada a situação do município de Ponta Porã com aquilo que é exposto pela literatura especializada que trata de merenda escolar, percebe-se que o município apresenta a vantagem de acordar junto aos agricultores familiares uma única data de entrega, haja vista que em outros municípios a entrega pode ocorrer em até mais de uma vez por semana o que eleva os custos dos fornecedores.

Já com relação aos pontos de entrega, o município ainda em fase de adaptação não conta com um sistema de entrega nas escolas, o que permitiria que os agricultores entregassem o produto em somente um ponto, e não de escola em escola. A literatura aponta dois fatores como reveladores dos níveis de especialização do município com o trabalho dos agricultores familiares, o primeiro é de realizar no mínimo, uma entrega por semana e o segundo de permitir que a entrega dos agricultores seja realizada em somente um ponto. No primeiro quesito, o município de Ponta Porã está adequado, já no segundo mostra que ainda está em fase de especialização e adaptação.

Caso o município acordasse junto aos agricultores a entrega do produto em somente um ponto, e se encarregasse de realizar a distribuição da merenda de escola em escola, isso

representaria uma economia de 300 km em gastos de transporte para tais produtores. Neste caso os produtores precisariam se preocupar em somente entregar o produto em algum ponto da área urbana de Ponta Porã, afim de que a prefeitura realizasse sua distribuição às escolas. Todavia, se a prefeitura se encarregasse de coletar o produto na própria cooperativa, então a redução dos custos para os produtores seria de 380 km, em transporte; e tais agricultores estariam liberados para se dedicar tão somente ao cultivo do produto na terra, ou seja, se especializar ainda mais naquilo que sabem fazer de melhor. O que refletiria em uma produção ainda mais rica para a alimentação das nossas crianças.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BOHNER, T. O. L. et al. Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma abordagem das compras institucionais nas microrregiões da Quarta Colônia e Vale do Jaguari do estado do Rio Grande do Sul. **Revista Monografias Ambientais – REMOA**, Santa Maria, v. 14, n. 2, p. 3192-3202, 2014.

BRASIL. **LEI n. 11.947**, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis n. 10.880, de 9 de junho de 2004, n. 11.273 de 6 de fevereiro de 2006, n. 11.507 de 20 de

julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória n. 2.178-36 de 24 de agosto de 2001, e a Lei n. 8.913 de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 17 de junho de 2009.

FNDE. **Dados Físicos e Financeiros do PNAE**. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-consultas/pnae-dados-fisicos-e-financeiros-do-pnae>. Acesso em 03/março/2018a.

FNDE. PNAE – **Programa Nacional de Alimentação Escolar**: Dados da Agricultura Familiar. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-consultas/pnae-dados-da-agricultura-familiar>. Acesso em 03/março/2018b.

GONÇALVES, Deywinson Tadeu Resende; BACCARIN, José Giacomo. Desenvolvimento territorial e alimentação escolar: o consumo no Vale do Ribeira e no Pontal do Parapanema - SP. **Geografia**, Rio Claro, v. 43, n. 1, p.173-184, abr. 2018. Quadrimestral. AGETEO - Associação de Geografia Teorética.

MARQUES, A. A. et al. Reflexões de agricultores familiares sobre a dinâmica de fornecimento de seus produtos para a alimentação escolar: o caso de Araripe, Ceará. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 23, n. 4, p. 1329-1341, 2014.

PONTA PORÃ. **Número de Alunos Matriculados nas Escolas Municipais Urbanas**. Secretaria Municipal de Educação, Setor Censo Escolar. 2017.

PONTA PORÃ. **Número de Alunos Matriculados nos Centros de Educação Infantil**. Secretaria Municipal de Educação, Setor Censo Escolar. 2017.

PONTA PORÃ. **Número de Centros de Educação Infantil**. Secretaria Municipal de Educação, Setor Censo Escolar. 2017.

PONTA PORÃ. **Número de Escolas Municipais Urbanas**. Secretaria Municipal de Educação, Setor Censo Escolar. 2018.

TRICHES, R.; SCHENEIDER, S. Reconstruindo o “elo perdido”: a reconexão da produção e do consumo de alimentos através do programa de alimentação escolar no município de Dois Irmãos (RS). In: **Segurança Alimentar e Nutricional**, n. 17, Campinas, 2010.